

SUBJETIVIDADE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO DE CASO

SUBJECTIVITY AND SEXUALITY: A CASE STUDY

Alana Schwickert¹
Bento Selau²

Resumo

O estudo teve como objetivo conhecer aspectos referentes à educação sexual, ocorrida durante a trajetória escolar, de uma jovem com paralisia cerebral. Neste trabalho, procurou-se, ainda, evidenciar algumas das considerações da participante sobre sexualidade. Metodologicamente, tratou-se de um estudo de caso de uma pessoa do sexo feminino com paralisia cerebral. Esta participante realizou toda a sua formação em educação básica, em classe regular da escola pública do Rio Grande do Sul. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semi-estruturada. Os resultados da análise textual discursiva foram subdivididos em duas categorias: “A menina com paralisia cerebral na escola” e “A sexualidade da mulher com paralisia cerebral”. Os dados coletados mostraram que a educação escolar, enquanto prática de ensino sistematizado, pouco interferiu no processo de educação sexual da pesquisada. Além disso, a presença do preconceito e da sua consequente superação pela sujeita se fizeram presentes na construção da subjetividade da jovem com paralisia cerebral.

Palavras-chave: Sexualidade. Paralisia cerebral. Educação inclusiva.

Abstract

The study aimed to know some aspects referring to the sex education of a young lady with cerebral palsy during her school career. In this study, we also tried to highlight some of the representations of the participant girl about sexuality. Methodologically, it was a case study of a female person with cerebral palsy. This participant studied all her basic education at public school regular classes from Rio Grande do Sul. The data collection was done through semi-structured interview. The results of the discursive textual analysis were divided into two categories: “The girl with cerebral palsy at school” and “The sexuality of the woman with cerebral palsy”. The collected data showed that schooling, as a practice of systematic teaching, interfered little in the sex education process of the researched girl. Moreover, the presence of prejudice and its consequent overcoming by the person were present in the construction of subjectivity of the girl with cerebral palsy.

Keywords: Sexuality. Cerebral palsy. Inclusive education. Dignity.

Introdução

Este trabalho insere-se no campo dos estudos referentes à sexualidade do deficiente na escola de educação básica. O estudo é resultado de monografia de conclusão de curso de

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: a3.laninha@gmail.com

² Doutor em Educação – PPGE/UFPel. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa. E-mail: bentoselau@unipampa.edu.br

graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa. Esta pesquisa teve como objetivo conhecer aspectos referentes à educação sexual, ocorrida durante a trajetória escolar, de uma jovem com paralisia cerebral (PC). A investigação procurou, ainda, evidenciar algumas das considerações da participante sobre sexualidade.

De acordo com Altmann (2001), o termo sexualidade surgiu no século XIX. A autora destaca que a utilização deste vocábulo “é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campo de conhecimentos diversos; a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas” (ALTMANN, 2001, p. 577). Foucault (1997) considera que a sexualidade

é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (p. 100).

Esse “dispositivo histórico” refere-se ao fato de que a sexualidade se constitui historicamente a partir de vários discursos sobre o sexo. Assim, para o autor, esses discursos produzem poder (bem como o próprio silenciamento a respeito do tema). Esses discursos, que causam “verdades”, podem regular e instaurar saberes. Por isso são os discursos decorrentes desse dispositivo histórico que irão interferir no modo como enxergamos (ou mesmo vivenciamos) a sexualidade. A respeito da sexualidade do deficiente, quais são os discursos que circulam?

Desde o trabalho, já clássico, de Glat (1992), por meio do qual a autora investigou as informações e representações que pessoas portadoras de deficiência mental tinham a respeito de sua sexualidade e relacionamentos amorosos, tentando apreender até que ponto sua identificação como pessoa deficiente afetava a consciência dessa sexualidade, desenvolveram-se diferentes estudos a respeito da temática (PIECZKOWSKI, 2007; FERREIRA, 2013; CASTRO, 2012; CÉSAR, 2010, para citar apenas alguns). Assunto que foi considerado tabu até o começo da década de 80 do século passado, a sexualidade do deficiente tornou-se popularmente debatida em diferentes espaços de divulgação científica (GLAT, 1992). Ainda que não raro, o que dizer, especificamente, da sexualidade de uma mulher com PC, sob seu ponto de vista, em função da educação sexual recebida na escola? O questionamento, debatido na sequência deste estudo, necessita, anteriormente, de um esclarecimento a respeito da compreensão que se adotou sobre PC.

Segundo Basil (2004), a PC não é uma doença, mas se apresenta como estado patológico (irreversível). A PC não inclui lesões evolutivas, como por exemplo, um tumor cerebral ou uma doença degenerativa: as consequências da lesão variam ao longo do desenvolvimento do sujeito. Ela também não inclui lesões localizadas no sistema nervoso central, mas em estruturas distintas do encéfalo, como a medula espinhal.

Basil (2004), que se preocupou em descrever o quadro da PC em função da possibilidade de inclusão destes alunos, cita que uma das definições mais comumente aceitas, indica a PC como

a seqüela de uma afecção encefálica que se caracteriza primordialmente por um transtorno persistente, mas não invariável, do tônus, da postura e do movimento, que aparece na primeira infância, e não apenas é diretamente associado a essa lesão não-evolutiva do encéfalo, como se deve também à influência que tal lesão exerce na maturação neurológica (BASIL, 2004, p. 215).

Pode-se compreender, portanto, que a PC pode afetar apenas a motricidade e não necessariamente o sistema cognitivo. O que pode ocorrer é que a PC pode vir acompanhada de alguma outra deficiência, mas essa situação não é uma constância. Basil (2004) ainda indica que a PC não é propriamente uma “paralisação do cérebro”, como a expressão poderia sugerir, ou a perda das faculdades mentais.

Acredita-se que a educação destes alunos deverá acontecer na escola de educação regular, juntamente com os alunos considerados “normais”, tal como se compreende a proposta da educação inclusiva. Há a necessidade de não se perder de vista o objetivo de oportunizar a criança com deficiência motora o desenvolvimento máximo de suas capacidades (sejam elas cognitivas, motoras etc.) e o direito de frequentar a escola pública, garantida a presença de sistemas aumentativos e alternativos de comunicação para esse aluno.

Apresentado o objetivo do trabalho, bem como aspectos introdutórios de revisão, na sequência, apresentar-se-ão os procedimentos metodológicos e os resultados decorrentes da análise.

1. Procedimentos Metodológicos

Optou-se pelo procedimento metodológico do estudo de caso (ANDRÉ, 2009). O caso em questão esteve relacionado à vivência escolar de uma pessoa do sexo feminino, com PC. Esta participante tem, hoje, 25 anos de idade, e reside no Estado do Rio Grande do Sul. É

estudante do ensino superior, em universidade pública. Ela realizou toda a sua formação em educação básica, em classe regular da escola pública do Estado citado.

A coleta dos dados contou com a realização de uma entrevista semi-estruturada³ (BOGDAN e BIKLEN, 1994). A análise de dados foi realizada por meio da análise textual discursiva, proposta por Moraes (2003). Os resultados das análises foram agrupados em duas grandes categorias: “A menina com paralisia cerebral na escola” e “A sexualidade da mulher com paralisia cerebral”. Passa-se, neste momento, à descrição dos resultados das análises, por intermédio das categorias citadas. Após, algumas considerações finais.

2. A menina com paralisia cerebral na escola

A sexualidade da sujeita com PC na escola foi estudada no contexto: das aulas em todas as disciplinas; da Educação Física (E.F.); das relações com os colegas e amigos, o contato corporal com colegas e professores (as quais serão aprofundadas na sequência). De maneira geral, de acordo com os relatos da participante, foram poucas as práticas pedagógicas, trabalhadas pelos professores, que tiveram como enfoque principal a temática da sexualidade. Na escola, o tema em questão só foi objeto de debate entre a deficiente e algumas de suas colegas, sem a mediação do professor.

No âmbito das atividades vivenciadas pela sujeita com PC em sala de aula, independentemente do componente curricular envolvido, não houve aulas que tratassem da temática da sexualidade. A dinâmica das aulas teve como aspecto principal, apenas, o conteúdo do componente curricular em questão, contrariando a sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de tratar a orientação sexual como um tema transversal (já em vigor na sua época de estudante da educação básica). Filha (2009) lembra que os PCN propõem que a orientação sexual seja trabalhada de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, quando surgirem questões relacionadas ao tema. A autora ainda ressalta que essa foi uma estratégia adotada para demarcar a função da escola, sem deixar de priorizar a educação realizada pela família.

Se estas aulas de orientação sexual ocorressem, naquela época, a sujeita com PC sugeriu que elas poderiam ter acontecido por intermédio de discussões sobre o assunto dentro

³ A participante permitiu a coleta e divulgação de dados por meio do termo de consentimento. Os dados pessoais não foram aprofundados para não se revelar a identidade da participante.

da sala de aula, de uma forma clara, por meio das quais os alunos pudessem se expressar livremente. A importância de tratar esse assunto, de haver discussões abertas por meio das quais todos pudessem se expressar, são ideias da sujeita com PC. A decorrência desse pensamento acontece no momento em que ela salienta que “meninas de quatorze, quinze anos estão tendo relações sexuais sem orientação nenhuma! E palestras diretas não estão dando conta de orientar e ensinar aos alunos sobre a sexualidade”. Para o aprendizado da sexualidade na escola, a participante acredita que não deveriam acontecer o que ela chamou de “palestras chatas, onde todo mundo cansa de ouvir a mesma coisa e não tem oportunidade de dialogar sobre o assunto”. Neste caso, acredita-se que ela esteja se referindo a palestras que tenham como estratégia pedagógica a mera transmissão de conhecimentos, sem a participação da plateia.

Tem-se discutido na academia sobre o termo que poderia ser mais adequado, orientação ou educação sexual. Filha (2009) traz algumas considerações importantes acerca dessas discussões, ressaltando que dependerá do contexto em que cada autor o aborda. Alguns pesquisadores utilizam o termo orientação sexual como sinônimo de educação sexual. Outros autores acreditam que o termo orientação está vinculado a instrução como mera transmissão de conhecimentos, e que, neste caso, instruir não seria educar. Vigotski (2003) faz uma crítica a essa prática de ensino, salientando que “o fato de compreender como se deve agir não significa, de forma alguma, que alguém vai agir de forma correta” (VIGOTSKI, 2003, p. 95). A participante disse que, se a educação sexual acontecer apenas por meio dessas “palestras”, nesse formato que não envolve os estudantes, a compreensão sobre o que é uma camisinha, para que serve, e a importância de usá-la, por exemplo, não significa que, no ato sexual, o jovem irá utilizá-la. Não há, portanto, necessariamente, uma relação de causa-efeito.

No que se refere às aulas de E.F., havia uma visível exclusão: a participante não podia realizar as práticas em conjunto com seus colegas. Ela argumentou que, “no caso, eu não fazia E.F, porque a professora não tinha orientação para me coordenar”. Ao ficar separada dos demais, ela fazia trabalhos escritos referentes ao componente curricular, e também utilizava esse tempo para colocar em dia trabalhos avaliativos de outros componentes curriculares. Assim, não realizava práticas corporais com seus colegas de sala de aula, nem mesmo sozinha, situação que provocou uma interrogação em sua vida, que não teve resposta: “o que significaria participar da E.F. na escola?”

Algumas pessoas criam mitos a respeito das relações que podem travar um sujeito deficiente (GLAT, 1992). Um destes mitos refere-se às relações interpessoais, especialmente

relacionado ao fato de que o deficiente não tem amigos. Isso não aconteceu com a entrevistada, já que ela disse que suas amizades eram em bom número. Ela tinha amigos no ambiente escolar e, também, fora. Essas amizades incluíam as garotas e os rapazes. As conversas entre a sujeita com PC e seus amigos eram abertas, por meio das quais tinham liberdade para falar e questionar sobre sexo, namoro, festas, ficar etc. Uma vez que os professores não exerciam uma prática pedagógica que incluísse debate sobre a temática da sexualidade, restou-lhe aconselhar-se sobre as questões referentes à sexualidade com suas amigas na escola. Um dos temas dessas conversas entre a estudante com PC e suas colegas era referente à virgindade. Na etapa escolar do ensino fundamental, as estudantes têm grande curiosidade a respeito deste tema. Estes assuntos, muitas vezes, não são tratados na família, por vergonha dos pais ou dos filhos, por falta de abertura para estas conversas. Seria interessante, então, que os professores tivessem trabalhado esta temática junto aos estudantes. Entre estes debates poderia estar o tabu da virgindade, pois há medos, receios, e também o medo de engravidar.

Ter uma relação aberta com os colegas e amigos possibilitou a participante com PC ter contato corporal com os mesmos. Esses contatos envolviam abraços, beijos e carícias. Costumava ter contatos corporais, porém relatou que nunca ficou com nenhum menino dentro da escola e que a sua concepção de ficar é apenas beijo na boca. O toque corporal não era problema entre a sujeita com PC e os colegas, mas entre estes e os professores não havia esse contato. Isso aconteceu porque “muito assim de chegar na sala de aula e já seguir explicando. Os professores não tinham paciência com os alunos, de abraçar”, salientou a entrevistada.

Talvez alguns professores trabalham e discutem pouco sobre a sexualidade em sala de aula, porque podem não estar preparados para tal. Assim coloca Britzman (1999):

a linguagem do sexo torna-se uma linguagem didática, explicativa e, portanto, dessexuada. Mais ainda: quando o tópico do sexo é colocado no currículo, nós dificilmente podemos separar seus objetivos e fantasias das considerações históricas de ansiedade, perigos e discursos predatórios que parecem catalogar certos tipos de sexo como inteligíveis, enquanto outros tipos são relegados ao domínio do impensável e do normalmente repreensível. Por trás dessas preocupações estão as ansiedades da própria professora: de não estar preparada para responder as questões das estudantes e de que a aula se dissolva numa luta de poder entre o conhecimento das estudantes e o conhecimento da professora (BRITZMAN, 1999, p. 90).

Torna-se difícil falar sobre a sexualidade, quando as experiências na escola, ou na família foram constrangedoras, ou quando não se discutiu sobre a mesma. Britzman (1999) salienta que essas conversas sobre sexualidade se tornarão possíveis na escola quando os professores se tornarem curiosos sobre sua própria sexualidade.

3. A sexualidade da mulher com paralisia cerebral

Fora do ambiente escolar a jovem com PC tinha mais oportunidades para dialogar sobre assuntos referentes à sexualidade. Tinha liberdade para conversar com as amigas e com sua mãe. Glat (1992) cita que muitas jovens costumavam conversar com a família sobre sexo, e as meninas exclusivamente conversavam com suas mães, o que se assemelha com a pesquisada, que muito conversou e conversa com sua mãe na adolescência. Não houve relatos sobre a relação (ou conversas sobre sexualidade) com seu pai. Não é, portanto, possível compreender porque a participante não se referiu a este integrante da família.

Esse assunto pode gerar polêmicas, controvérsias, uma vez que envolvem questões de afetividade e papéis a desempenhar na sociedade. A sexualidade não é apenas sexo, e a sujeita com PC compreende isto. Ela diz que a sexualidade faz parte de toda a vida. Para Furlani (2008, p. 67), a sexualidade diz respeito ao “aspecto intrínseco aos seres humanos, em todas as épocas de suas vidas”. Sexualidade não está somente relacionada ao órgão sexual, mas refere-se a uma característica estritamente humana, cultural, relacionada ao desejo sexual, ao simbolismo e a tudo a ele relacionado. Reproduz-se, então, por meio da cultura. Para Louro, “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (2010, p. 11).

A entrevistada salientou que conversava bastante com a mãe sobre sexo. Entre essas conversas, aconteceu uma em específico sobre gravidez, quando a mãe necessitou repreendê-la porque ela quase engravidou. Sua mãe costumava aconselhar a filha, principalmente no que se refere a métodos contraceptivos.

A sujeita com PC não tinha problemas com namoro. Costumava ficar com meninos fora do ambiente escolar. Ela disse que não ficaria com ninguém dentro da escola porque acredita que, “é um lugar de respeito, uns beijinhos tudo bem, mas não uns agarramentos dentro de um estabelecimento educacional”. No início da adolescência, a sujeita com PC salientou que não queria namorar, porém, a vontade de querer experimentar a fez mudar de ideia. Com isso, começou a namorar um menino mais novo do que ela. Chamou a atenção para o fato de que nunca escondeu de ninguém a preferência por homens mais jovens. Esse menino a “enrolou” por dois anos, “e chegou num ponto que eu vi que ele só queria sexo mesmo, ele não queria nada sério comigo”, salientou. O “enrolou”, na frase anterior, foi explicado pela participante da seguinte maneira: “namorar em casa, não queria: ele queria

apenas sexo”, disse. Esse menino, que hoje é ex-namorado, não era deficiente. Ela disse que ele tinha vergonha de assumir para os amigos que namorava com a participante, já que ela era (é) deficiente.

A pesquisa de Glat (1992) mostra dados interessantes referentes ao namoro. Traz um índice baixo de jovens com deficiência que tiveram contatos físicos. A jovem participante de nossa pesquisa relatou que seu ex-namorado tinha tanta vergonha dela, que esperava as pessoas se afastarem para ter algum tipo de contato com ela (verbal, físico). Ela se submetia a esta situação e acabava sempre na casa dele. Hoje reconhece que fazia errado ao aceitar as regras e imposições desta relação.

Infelizmente a história de vida da pesquisada não é diferente de muitas pessoas que tem algum tipo de deficiência: ela já sofreu preconceito, estes referentes ao assunto da sexualidade e também a outras questões. Mas ela sempre percebia que estava sendo vítima de preconceito e tinha calma com a situação, pois as “pessoas devem se valorizar”, disse. Brigar ou discutir não era a solução encontrada pela jovem: ela mantinha a postura e seguia em frente, salientou. Ela acredita que a sociedade está pouco informada a respeito do deficiente, sua vida e, inclusive, a respeito de sua sexualidade. Por este motivo, a sociedade não compreende a sexualidade, não só do deficiente, mas de todas as pessoas. Pensa que falta conscientização das pessoas, e diz: “um deficiente físico pode construir uma família. Só porque tem uma deficiência, não significa que não seja capaz de formar uma família, de se fazer presente na sociedade”. Ela relatou que quer curtir a vida porque se considera uma vitoriosa.

A sujeita ressaltou que as coisas ruins e difíceis pelas quais passou e ainda passa, na vida, servem para lhe fortalecer e a ajudar a alcançar os objetivos. Disse que isso aprendeu com sua mãe. Comenta ainda que “não podemos dizer que temos um sonho, mas sim viver o hoje, o agora, como se o amanhã não existisse”.

Conclusão

É direito de todas as crianças, independentemente se são deficientes ou não, o acesso à escola regular. Este acesso deve ser confirmado com práticas de educação inclusiva de boa qualidade, que possam colaborar com a educação de todos na sala de aula, tal como afirma Beyer (2005). Considerando a argumentação do autor, podemos perceber que a inclusão não deve ser feita simplesmente colocando todos os alunos com necessidades educacionais

especiais na sala de aula, sem o suporte pedagógico adequado. Oportunizado a presença de tecnologia assistiva para o aluno com PC, acredita-se que as práticas de educação inclusiva de boa qualidade, para a sexualidade, podem compreender os seguintes fatores: trabalhar sobre os assuntos que se referem à sexualidade, que surgem das demandas dos alunos, abertamente; pensar a educação sexual dos alunos desde a infância; pensar a educação sexual por intermédio do corpo.

Especialmente em relação ao último ponto (pensar a educação sexual por intermédio do corpo), Altmann (2001) sugere que os programas de orientação sexual devem ser organizados em torno de três eixos norteadores: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de Gênero” e “Prevenção de DSTs”. Segundo Altmann (2001), o espaço específico de educação sexual também comporta atividades corporais, como o trabalho com técnicas de relaxamento, alguns jogos e exercícios com dramatização, entre outros. Vigotski (2003) já chamava a atenção, no início do século passado, para o fato de que a educação sexual deva ocorrer por meio da atividade corporal dos alunos, por intermédio de práticas pedagógicas que não separam, por sexo, os alunos. Por esses motivos, também se perguntou à participante, na entrevista, sobre aspectos referentes à relação corporal com os colegas e professores na escola, nas aulas de E.F. e no seu cotidiano (conforme analisado).

A sexualidade é parte integrante da construção da identidade. Por esse motivo, ressalta-se a importância desse debate na escola, de todos os alunos. Se, por um lado, o sexo faz relação com o biológico, se ele é uma expressão fisiológica, a sexualidade compreende aspectos históricos, culturais, biológicos, sociais, ligados a emoção da pessoa. A sexualidade se dá em todos os momentos da vida, constitui-se através dos atos e da forma com que a pessoa se relaciona com os demais, o que torna cada pessoa única. Se o sujeito é único, não existem diferenças entre a sexualidade de uma pessoa com deficiência e uma que não tem: o que acontece é haver formas diferentes de sentir-se e sentir o outro, seu corpo, para todas as pessoas.

Atualmente, a participante está namorando alguém que ela considera que a ama e a respeita. Comentou que seu namorado teve que aprender muitas coisas para que tenham um cotidiano feliz, vivenciando a sexualidade um do outro. Em relação a este namoro, ela comenta: “nós fomos nos conhecendo melhor. Ele foi aprendendo a como ficar, como transar com uma deficiente física e eu aprendo muito com ele. E é esse aprendizado cotidiano que nos deixa felizes”.

Referências

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Est. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001, p. 575-585. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- BASIL, C. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 215-233.
- BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CASTRO, A. Sexualidade, gênero e diversidade: currículo e prática pedagógica. **35ª Reunião Nacional da ANPEd**: Porto de Galinhas, 2012.
- CÉSAR, M. R. A. Governando corpos e sexualidade na escola. **33ª Reunião Nacional da ANPEd**: Caxambu, 2010.
- FERREIRA, T. S. Modos de ver, sentir, e questionar: a presença do gênero e da sexualidade no curso de pedagogia. **36ª Reunião Nacional da ANPEd**: Goiânia, 2013.
- FILHA, C. X. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, P. R. C. et al. **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: FURG, 2009.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 12. ed. RJ: Graal, 1997.
- FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L. et al. **Corpo, gênero e sexualidade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n.1, 1992, p. 65-74.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. et al. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 07-35.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**. São Paulo: EPU, 1986.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- PIECZKOWSKI, T. Educação sexual de pessoas com deficiência mental. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 30, 2007. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2007/02/a7.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

SCHIWICKERT, A.; SELAU, B.. Subjetividade e Sexualidade: um estudo de caso.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Recebido em 01 de Junho de 2014

Aceito em 30 de julho de 2014